

A infanta Maria Josefa Carmela de Bourbon (1744-1801) e Portugal

The infanta Maria Josefa Carmela de Bourbon (1744-1801) and Portugal

ISABEL DRUMOND BRAGA

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

isabeldrumondbraga@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Texto recebido em / Text submitted on: 03/11/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 08/02/2023



Resumo. Maria Josefa Carmela de Bourbon foi uma discreta infanta de Espanha. Viveu nas cortes de seu pai, Carlos III, e de seu irmão, Carlos IV, e manteve intensa correspondência com a rainha D. Maria I de Portugal. A análise dessa documentação permite vislumbrar traços da sua personalidade e do seu relacionamento familiar.

Palavras-chave. Espanha, Epistolografia, D. Maria I, Maria Josefa Carmela, Portugal.

Abstract. Maria Josefa Carmela de Bourbon was a discreet Infanta of Spain. She lived in the courts of her father Carlos III and her brother Carlos IV. The Infanta maintained intense correspondence with Queen Maria I of Portugal, that allows us to glimpse traits of his personality and her family relationship.

Keywords. Spain, Epistolography, Mary I, queen of Portugal, Maria Josefa Carmela.

1. Traços biográficos

Maria Josefa Carmela de Bourbon e Saxe – nascida Maria Giuseppa, princesa de Nápoles e da Sicília – em Gaeta (Itália), em 6 de julho de 1744, faleceu em San Lorenzo de El Escorial, em 8 de dezembro de 1801. Era filha de Carlos VII de Nápoles (1716-1788), futuramente Carlos III de Espanha, e de Maria Amália de Saxe (1724-1760). Mais de um mês após o nascimento, a *Gaceta de Madrid* noticiou os festejos com luminárias, realizados em Espanha, de 6 a 8 de agosto, para celebrar o nascimento da princesa “con toda felicidad” (*Gaceta de Madrid*, 32, 11-08-1744). Em Portugal, primeiro foi noticiado que “muitas damas de primeira distinção partiram para Gaeta a fim de assistir ao parto da rainha, que continua a residência naquela cidade” (*Gazeta de Lisboa*, 34, 25-08-1744). Dias depois, referiu-se que a parturiente já estava muito convallescida e que a princesa “se vai nutrindo admiravelmente” (*Gazeta de*

Lisboa, 40, 06-10-1744). Quando Maria Amália deu à luz, o rei andava em campanha, defendendo Nápoles, no âmbito da Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), em que se defrontaram, por um lado, França, Espanha e Prússia e, por outro, Áustria, Grã-Bretanha e Sardenha (CARIDI 2015: 161-190).

Pelo lado paterno, a então princesa era neta de Filipe V (1683-1746) e de Isabel Farnésio (1692-1766) e pelo materno de Frederico Augusto II (1696-1763), príncipe eleitor de Saxe, depois rei da Polónia e grão-duque da Lituânia com o título de Augusto III, e da arquiduquesa Maria Josefa de Áustria (1699-1757). Maria Josefa foi, a partir de 1759, infanta de Espanha. Entre os seus irmãos contam-se o rei Carlos IV (1748-1819) casado com Maria Luísa de Parma (1751-1819), e a infanta Maria Luísa (1745-1792) matrimonialmente com o imperador Leopoldo II (1747-1792)¹.

Apesar de ter sido a filha mais velha do casal real que atingiu a idade adulta, nunca contraiu matrimónio. Em 1764, o enlace da sua irmã mais jovem, a referida Maria Luísa, tornou clara a posição subalterna de Maria Josefa, que alguns consideram ser resultado de certa falta de atributos de beleza. Recorde-se que, em 1777, quando a infanta contava 33 anos, D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781), viúva de D. José I (1714-1777), de Portugal, em visita ao seu irmão Carlos III, descreveu-a como muito feia, muito viva e muito ajuizada (BRAGA 2014: 230). Tia e sobrinha davam-se bem, jogavam às cartas e passavam tempo juntas².

Antes, em 1773, foi negociado um possível enlace com o rei de França, Luís XV (1710-1774), viúvo de Maria Leszczyńska (1703-1768). Maria Josefa contava então 29 anos e o monarca, que era avô, 63. As negociações ficaram a cargo do conde de Aranda, Pedro Pablo Abarca de Bolea, mas acabaram por terminar quando o rei contraiu varíola (MARTÍNEZ CUESTA 2003: 89-91). Carlos III terá pensado ainda em casá-la com o seu irmão, o infante Luís (1727-1785), projeto que não se concretizou (SAMPEDRO s.d.). Este foi cardeal e arcebispo de Toledo e de Sevilha. Em 1754, deixou o estado eclesiástico e, em 1776, com autorização régia, contraiu um casamento morganático com María Teresa de Vallabriga y Rozas (1759-1820). Desde 1761, foi conde de Chinchón (ROBLES DO CAMPO 2007: 318-319).

Maria Josefa contava 15 anos, quando chegou a Espanha, em 1759. Porém, como figura discreta que foi, pouco se sabe acerca da sua vida. A maior parte da sua correspondência perdeu-se e os embaixadores pouco a referiram. As notícias aludiram quase exclusivamente à celebração do dia de São

¹ Veja-se anexo: Árvore genealógica de Carlos III.

² A princesa Maria Luísa chegou a ter ciúme da cunhada, em resultado da oferta de chitas à infanta, por parte da rainha viúva (BRAGA 2014: 230-231).

José, onomástico do seu nome, isto é, 19 de março, e ao dia do seu aniversário, 6 de julho. Invariavelmente, a *Gaceta de Madrid* foi salientando essas datas, que se festejavam com gala. O mesmo se passava na corte de Nápoles, uma vez que Fernando IV (1751-1825) era irmão da infanta. Pela correspondência trocada com D. Maria I (1734-1816), rainha de Portugal, percebe-se que gostava de passear de coche e apreciava música. Ao contrário do pai e de seus irmãos Carlos, Gabriel e António, não caçava³.

As despesas anuais da casa de Maria Josefa, cujo valor médio ultrapassava 550.000.00 *reales de vellon*, para as décadas de 1770 e 1780, eram distribuídas em várias parcelas, a saber, gastos extraordinários de viandas de cozinha de boca e *ramillete*, isto é, salgados e doces; guarda-roupa, despesas menores do quarto e dos serviçais, missas, esmolos, gratificações e pensões, algumas em Nápoles. As esmolos, em especial a mulheres solteiras e viúvas e a instituições religiosas, representavam cerca de 10% dos gastos, mostrando a faceta de esmoler, típica de uma infanta. As despesas com a preparação de pratos, permite vislumbrar os gostos culinários de Maria Josefa, a quem frequentemente ofereciam peças de caça e peixes. Ao pequeno almoço, consumia “roskas chikas de pan de boca” e de Saragoça e diversos tipos de biscoitos (de *soletilla* ou redondos), enquanto aos almoços e jantares as opções eram muito variadas, com pratos de vaca, carneiro, cabrito, leitão (designado à italiana como *porchetta*), javali, hortulanas, perdizes, frangos, capões, patos, sem esquecer chouriços. Do mar, destaque para linguado, salmão, truta, ostras, consumidas cruas, camarões e lagostas. Entre as técnicas culinárias, refira-se cozido, assado, estufado, frito, em escabeche e em *corbullón*. Nas frutas, contaram-se as castanhas e várias cristalizadas, sem precisar as espécies, além de pinhões e pistácios. Pelo Ano Novo, Maria Josefa consumia “un gatoo [gateau] de reyes con confituras y su aba dentro como es costumbre”; no Carnaval, à noite, dispunha de quatro “platos de clados”; na Páscoa, não faltava o “carnero pascual” e no Natal, o peru. Na primavera, as ervilhas eram muito frequentes, havendo ainda a notar alcachofras, espargos e outros produtos da horta, além de trufas. Em julho de 1779, prepararam-lhe uma “tortilla de jamón”, enquanto “huevos colorados” e “barquillos” marcavam presença frequente, presumivelmente à sobremesa. Chocolate e café eram bebidas comuns à mesa da infanta (Archivo General de Palacio [doravante AGP], Carlos III, legs. 263, 501).

Em dezembro de 1780, Maria Josefa padeceu de uma eventual pneumonia, a qual causou alguma preocupação. A enfermidade manifestou-se em 6 de de-

³ Apesar de Carlos III frequentemente referir a caça nas cartas que enviava a D. Maria I, Maria Josefa raramente o fez. Contudo, em 7 de abril de 1785, estando em Aranjuez, escreveu: “El rey mi señor y padre se fue a Cuerva com mis hermanos el principe, Gabriel y Antonio”, presumivelmente para uma caçada (AHN. Est., leg. 2626).

zembro, apresentando como sintomas, frio, tremores, febre alta, tosse, dificuldades respiratórias e dores agudas na parte inferior das costas do lado direito. Perante a persistência dos sinais, que não cederam à terapia, no dia 8 recebeu o viático, na presença da princesa das Astúrias e dos criados. No quarto dia, começou a sentir melhoras (*Gaceta de Madrid*, 99, 12-12-1780). Em 15, as notícias foram animadoras, “aunque la noche del 6.º [dia] fue inquieta, la disminución de la calentura y el alivio que en el dia se experimento van verificando el juicio que se formó de un buen éxito” (*Gaceta de Madrid*, 100, 15-12-1780). Assim aconteceu, pois no dia 19, apesar de ainda ter tosse, em especial, durante a noite, “en los ratos que calman y del alimento que toma con apetito, empieza Su Alteza a repararse” (*Gaceta de Madrid*, 101, 19-12-1780). Três dias depois, fica-se a saber que Maria Josefa dormia bem e já se havia levantado (*Gaceta de Madrid*, 102, 22-12-1780). Em 26, continuava a não se apresentar em público por precaução (*Gaceta de Madrid*, 103, 26-12, 1780). Em 29, já tinha “buen apetito y dormido con quietud” (*Gaceta de Madrid*, 104, 29-12-1780). Em 2 de janeiro de 1781, sentia-se bem (*Gaceta de Madrid*, 1, 02-01-1781), embora, dias depois, por cautela, não tenha acompanhado a restante família na ida para El Pardo (*Gaceta de Madrid*, 3, 09-01-1781). Só viajou em 18 de janeiro, reunindo-se com todos (*Gaceta de Madrid*, 6, 19-01-1781). Francisco Martínez Sobral, médico de família e honorário da camara do rei, cuidou da infanta. Em 9 de fevereiro de 1781, por ter “asistido con puntualidad a la señora infanta D. Maria Josefa en su enfermedad” foi promovido a médico da camara, auferindo 800 ducados de *vellon* por ano, com a promessa de entrar na primeira das seis vagas de número que se libertasse (AGP, Sig. Gen. Cajas, PER Caja 2649, exp. 6).

A Portugal foram chegando notícias da enfermidade, através das cartas do embaixador D. Miguel Lúcio de Portugal e Castro, dirigidas a Aires de Sá e Melo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Em 8 de dezembro de 1780, lembrando a proximidade entre a rainha viúva D. Mariana Vitória e a infanta, considerou:

Estou porém aflito com a doença que sobreveio à senhora infanta D. Maria Josefa, que tendo saído a passear na tarde de quarta-feira, e recolhendo-se sem novidade, se sentiu doente pelas dez horas da noite e como tinha bastante febre e uma dor, ainda que baixa e da parte direita, recearam os médicos que fosse pleuris bastardo e foi sangrada Sua Alteza ontem pela manhã, remédio que se repetiu de tarde e como passou muito mal a noite se lhe deu terceira sangria pelas três horas e meia da noite e esta tarde das três para as quatro comungava por viático. A febre não tem abatido nem me parece que a dor é muito aguda, a cabeça não tem padecido nem a respiração está

sumamente oprimida, mas ouvi a marquesa de San Gil, senhora de honor, que estava muito abatida de forças e os médicos não prognosticam bem. Eu sinto dar uma notícia que há de afligir a Suas Majestades e muito mais à rainha mãe nossa senhora, mas pareceu-me que não devia encobrir nada a este respeito (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT], Min. Neg. Est., cx. 632).

Em carta do dia 12, o embaixador, que fora ao paço saber novidades, apurou que D. Maria Josefa tinha passado mal a noite por causa da tosse e da dor, mas que já “era tão pouca a febre”. Os médicos haviam alterado o diagnóstico de pleurisia para “febre tendente a inflamação” e havia grande esperança de que ficaria livre de perigo. A dama de honor Madame MacDonell esclareceu D. Miguel que “a senhora infanta quando estava mais doente se lembrara do amor que deve à rainha mãe nossa senhora dizendo-lhe ‘como estará a tia’ e estimou muito a carta que hoje lhe levei e pedi que lhe segurassem que hoje mesmo escrevia esta carta com uma tão agradável e importante notícia”. A partir de então, todas as notícias foram animadoras. Em 15, “está livre de perigo” e “já ontem pela manhã consentiram os médicos que Sua Alteza tomasse chocolate”. Em 19, “vai muito bem, dormiu esta noite muitas horas sucessivas, não tem febre e só o pulso de convalescente, está alegre e com boa vontade de comer”. Em 22, “só necessita de uma larga e delicada convalescença” e, em 29, “a melhoria continua, mas como a convalescença deve ser larga e pela doente, pela enfermidade e pela estação, desejamos todos que a senhora infanta não vá para o Pardo no tempo costumado, que é a 7 do mês que vem” (ANTT, Min. Neg. Est., cx. 632). Menos grave foi certo defluxo de que padeceu em fevereiro de 1783, lamentado por D. Maria I (Archivo Historico Nacional [doravante AHN], Est., leg. 2596).

Apreciadora de joias, Maria Josefa foi presenteada com elas em vários momentos. Em 1781, faleceu a rainha viúva de Portugal, D. Mariana Vitória. Embora não tenha feito testamento, as últimas vontades ficaram expressas num documento, no qual determinou que deixava às suas três filhas as joias, com exceção de uma, destinada a Maria Josefa e uma outra à princesa das Astúrias. Esta recebeu um anel com um diamante, de valor superior a 1000 cruzados, enquanto a infanta foi contemplada com uma peça de rubis e diamantes, escolhida por D. Maria I, de idêntico valor (BRAGA 2014: 244). Em 1777, D. Mariana Vitória havia elogiado rubis, muitos e de bom tamanho, usados pela sobrinha e, antes de regressar a Portugal, ofertou-lhe um adereço de crisólitas e diamantes e umas manilhas de brilhantes (BRAGA 2014: 231, 236). O pai, que faleceu em 14 de dezembro de 1788, mencionou-a, tal como aos seus irmãos, no seu testamento redigido na véspera da sua morte, mas não

fica claro o que terá recebido (Testamento de Carlos III, 1788).

Em 21 de abril de 1792, Maria Josefa, como outros membros femininos da casa real espanhola, entre os quais se contam a princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina (1775-1830), integrou a Real Orden de la Reina María Luisa, fundada nessa mesma data (*Gaceta de Madrid*, 33, 24-04-1792). Tratou-se de uma distinção criada por Carlos IV no mesmo dia em que a rainha assistiu à chamada “missa de parida”, no oratório do palácio de Aranjuez. A consorte de Carlos IV reingressava na vida pública, após o nascimento do infante Filipe Maria (1792-1794). Regra geral, este rito de purificação de origem hebraica, realizado cerca de 40 dias após o parto, significava que rainhas e infantas estavam aptas a desempenhar as suas funções habituais (LAURENCE 2018: 70-74; CARLOS VARONA 2018: 194-196).

A Real Orden de Damas de la Reina María Luisa, como ficou conhecida, foi destinada a gratificar mulheres nobres, cujos serviços ou qualidades se distinguíssem. Teve como patronos São Fernando, rei de Castela e Leão (1201-1252), e São Luís, rei de França (1214-1270). No seus dias, 30 de maio e 25 de agosto, respetivamente, Maria Luísa recebia as damas em capítulo particular (CEBALLOS-ESCALERA Y GILA 1997). A infanta foi ainda distinguida com outra condecoração exclusivamente feminina, a Ordem da Cruz Estrelada ou da Cruz Estrela, fundada em 1668 por Eleanora Gonzaga-Nevers (1630-1686), princesa de Mântua e imperatriz viúva, consorte de Fernando III (1608-1657). A ordem só admitia senhoras nobres e de casas reais.

Maria Josefa foi retratada em vários momentos da sua vida, mormente na juventude e na idade adulta, em data próxima à sua morte. Entre 1761 e 1769, Anton Raphael Mengs (1728-1779) pintou um óleo sobre tela em que a infanta aparece com um pequeno cão preto ao colo. O pastel da autoria do veneziano Lorenzo Tiepolo (1736-1776), no qual, de novo, foi retratada com outro pequeno cão ao colo, desta vez, branco com orelhas castanhas, foi datado de 1763. Nele a infanta apresenta um sumptuoso colar de pérolas, além de outras joias com rubis e diamantes. Atribuído ao mesmo pintor há outro retrato a pastel, do terceiro quartel do século XVIII. Em 1800, Francisco de Goya (1746-1828) pintou um óleo sobre tela, em que Maria Josefa aparece sozinha, embora tenha funcionado como estudo preparatório para o retrato coletivo da família de Carlos IV⁴. Nas obras de Goya, a infanta surge com um sinal preto na parte superior da face direita, que tem dado origem a interpretações diferenciadas, entre um sinal postiço, comum na época, e um melanoma (CERVERA 2022).

⁴ Com exceção da obra de Mengs, as restantes pinturas estão no Museu do Prado e têm como números de inventário: Lorenzo Tiepolo, D007435 e D007434; Goya, P000729 e P000726.

Devota e protetora das carmelitas descalças do Convento de la Advocación de Santa Teresa de Jesus, de Madrid, foi agraciada pela comunidade em 1789, que lhe dedicou a obra de Gregorio Alfonso Villagoméz y Lorenzana, cónego de Toledo e examinador sinodal do arcebispado, intitulada *Elogio a la seráfica e mística doctora Santa Teresa de Jesús*. Na dedicatória podem ler-se palavras de elogio e gratidão a Maria Josefa (VILLAGOMÉZ y LORENZANA 1789).

A infanta faleceu aos 57 anos, após “una penosa enfermedad, que habiéndose ido agravando gradualmente triunfó de la debilidad de Su Alteza”. Na *Gaceta de Madrid*, entre as suas qualidades, destacaram-se a doçura, a piedade e a generosidade. Carlos IV cumpriu o desejo da irmã, ordenando que o féretro fosse trasladado de El Escorial para Madrid e depositado no referido convento carmelita. A comitiva chegou no dia 11, às 9 horas. O cadáver foi entregue à priora, houve salvas das tropas e foi decretado luto por três meses, o primeiro dos quais rigoroso (*Gaceta de Madrid*, 117, 22-12-1801). A Lisboa, as cartas de Cipriano Ribeiro Freire, ministro plenipotenciário de Portugal em Espanha, a D. João de Almeida de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foram dando conta da doença e morte de Maria Josefa. Em 17 de novembro, relatou que “foi acometida há três dias de um pleuris, que obrigou Sua Alteza a vesicatórios e três sangrias, mas os sintomas felizmente não fazem reccar coisa de maior cuidado”. Em 20, “continua a experimentar melhora e fica em estado de convalescença”. Em 24, “continua a sua convalescença”, ainda que mantendo “um estado de grande debilidad”, enquanto em 4 de dezembro, “teve uma recaída, sem causa conhecida mais do que a sua nímia debilidad, que dá novamente cuidado sobre o restabelecimento da sua saúde”. Finalmente, no dia 8, “ontem foi sacramentada e unguida, sem esperanças de vida e diz-se que mesmo ontem à noite faleceu”. Três dias volvidos, referiu as cerimónias fúnebres e resumiu o testamento da infanta:

Pelas dez horas da noite do dia 8 do corrente faleceu a sereníssima senhora infanta D. Maria Josefa, irmã de el rei católico, no real palácio de São Lourenço do Escorial e na noite do dia 10 se transferiu com pompa fúnebre o corpo desta princesa deste sítio para Madrid, para ali ser sepultado no convento das freiras de Santa Teresa. Com a permissão de Sua Majestade Católica, havia a senhora infanta feito testamento há coisa de oito meses e dele consta, segundo me informam, que deixa a este soberano seu único e total herdeiro, pedindo-lhe permissão para legar a Sua Majestade a rainha uma das suas joias, à escolha do mesmo soberano, e três outras, à eleição de el-rei, para serem oferecidas a Suas Altezas reais o príncipe das Astúrias, à senhora infanta D. Maria Isabel e ao senhor infante D. António

Pascoal. Recomendando a el-rei os seus criados e a continuação de várias esmolas que costumava fazer, alguns sufrágios de missas por sua alma, levando a sua livraria ao seu padre confessor e suplicando a Sua Majestade de ser sepultada no convento das Teresas de Madrid de que era augusta protetora ou padroeira (ANTT, Min. Neg. Est., cx. 647).

Em 21 de dezembro de 1801, não obstante o clima de tensão política entre Madrid e Lisboa, o príncipe regente D. João, determinou que a corte tomasse luto por dois meses, a partir desse mesmo dia (*Gazeta de Lisboa*, 51, 22-12-1801). Carlos IV comunicou o falecimento da infanta às diversas casas reais, incluindo a Napoleão (1769-1821), que enviou pêsames (AHN, Est., leg. 1626, exp. 30).

Em 17 de novembro de 1817, às 10 horas, dentro da igreja do convento carmelita, na mesma abóbada, deu-se uma trasladação do cadáver de Maria Josefa para um novo sepulcro, mandado construir por Carlos IV. Este era de “nuevos y hermosos jaspes [...] en cuyo frontispicio tenia una medalla de marmol blanco con el busto de relieve de Su Alteza y rematava con un genio del mismo marmol en actitud de apagar una tea” (AHN, Est., leg. 2759). Na altura, foi celebrado pontifical, por D. Luís de Castilla, bispo auxiliar de Madrid.

Em 7 de maio de 1877, decorridos 76 anos e meio da morte de Maria Josefa, procedeu-se à trasladação dos ossos para o panteão real do mosteiro de San Lorenzo de El Escorial, sem a presença de membros da família real. A comitiva saiu de Madrid, pelas 9,30 horas da manhã, da abóbada do extinto convento de Santa Teresa, percorreu as ruas del Barquillo, Alcalá, Arenal, a praça de Isabel II, a rua de Carlos III, a praça do Oriente, a rua de Bailén e o passeio de San Vicente, chegando à estação de comboios. Aí apanhou um que chegou a El Escorial pelas 12,30 horas. Imediatamente após o desembarque, houve um responso pelo pároco da vila. À chegada ao mosteiro, o bispo de Areópolis, bispo auxiliar de Toledo, Ciríaco Sancha Hervás, fez um outro responso solene, celebrou-se missa e cantou-se o ofício dos defuntos. No panteão, houve novo responso pelo eterno descanso da alma da infanta. O marquês de Valmar, Leopoldo Augusto de Cueto, e o bispo auxiliar de Toledo, bem como todos os presentes, reconheceram formalmente o corpo, certamente ossos cobertos com a roupa com que havia sido sepultada. As chaves do caixão foram entregues a Mariano Ibarrola y Cáceres, administrador do Real Património en el Sítio de El Escorial (*Gaceta de Madrid*, 150, 30-05-1877).

2. A correspondência com D. Maria I: questões formais

A carta, uma prática de escrita com enorme tradição, intrinsecamente ligada à alfabetização e à organização dos serviços postais (CASTILLO GÓMEZ 2012), pode ser entendida como uma forma de sociabilidade e como um meio de comunicar por escrito com o semelhante, visando pôr em comum informação. Para uns, apresenta um autorretrato do autor e um retrato do recetor (SERRANO SÁNCHEZ 2015), funcionando como um lenitivo para a saudade e um remédio para a ausência. Na definição de Andrée Rocha, é um “substituto da presença corpórea” (ROCHA 1985: 13). Ou, como referiu Fernando Bouza, “lo que no pueden las cartas es vencer la ausencia, lo que acaso pueden es paliar sus efectos” e “las cartas *animan* a los que no están, les hacen *respirar*, hacen posible *conversar* en la distancia” (BOUZA 2001: 137, 140).

Numa época em que, entre as figuras da casa real, as visitas familiares entre pessoas de reinos diferentes não estavam institucionalizadas, a importância da epistolografia torna-se clara. Independentemente do tipo de cartas e da sua relevância, a sua leitura revela sempre algo sobre os seus autores, em especial quando estamos em presença de peças autografadas. A materialidade das cartas – mão própria, endosso, letra, papel, tinta, margens, dobras – apresenta intencionalidade que não escapa aos destinatários (BOUZA 2019), tanto mais que o poder económico, o gosto pessoal, a educação e o requinte dos autores são sempre denunciados pela maneira como estes e outros aspetos aparecem aos olhos dos recetores.

O valor da epistolografia era tal que apareceram obras destinadas a ensinar a escrever cartas, ou recomendações diversas sobre o tema inseridas em textos de carácter mais abrangente. Se, em Castela, os primeiros exemplares remontaram a 1547 (CASTILLO GÓMEZ 2005, 2013, 2015), para Portugal, pensemos, por exemplo, nas páginas de Francisco Rodrigues Lobo, inseridas em a *Corte na aldeia* (1619), onde se apresentaram informações sobre diferentes tipos de cartas, bem como o modo de as escrever e até o tipo de sobrescritos (LOBO 1992: 72-104), ou no famoso *Secretario portuguez ou methodo de escrever cartas* (1787) (FREIRE 1787), com dados comerciais, para já não referir os recorrentes conselhos de diversos manuais de etiqueta, de ampla divulgação desde o século XIX, propondo modelos a seguir⁵. Independentemente destes considerandos, realce-se que a correspondência era, então, uma realidade quotidiana e um dever pessoal, permitindo a expressão

⁵ Sobre os manuais de epistolografia, veja-se DAUMAS 1999: 99-113; *La correspondance*, 1991. Para Portugal, veja-se ARAÚJO 2002: 119-145. Um caso concreto de um manual de etiqueta português do século XIX, que dedicou bastante atenção ao assunto, foi o de Maria Amália Vaz de Carvalho, *Arte de viver na sociedade*.

dos mais diversos sentimentos⁶.

A correspondência em análise, toda a que se localizou entre as duas correspondentes, trocada entre Maria Josefa, autora de 81 cartas, e D. Maria I, responsável por 79, apresenta muitos hiatos. Na Biblioteca da Ajuda encontram-se 24 da autoria da infanta, datadas entre 1781 e 1791, numa distribuição muitíssimo irregular. No Archivo Historico Nacional, guardam-se 47 minutas, escritas e assinadas por Maria Josefa, para os anos de 1784 e 1785, e mais 10, datadas de 1788 a 1790, além de uma dirigida a D. Mariana Vitória, de 1785. De D. Maria I restam 71 missivas, datadas de 1783 a 1785 e oito de 1788 a 1790.

Durante o reinado de Carlos III, a corte espanhola tinha um calendário anual de deslocações. A saber, em 7 de janeiro instalava-se no Palácio de El Pardo até à véspera do domingo de ramos, de então até quarta-feira da semana santa, no Palácio Real de Madrid. Após a Páscoa deslocava-se a Aranjuez, onde permanecia até ao final de junho. Seguia, de novo, para Madrid, onde ficava até meados de julho. Partia, então, para uma breve estada em El Escorial e daí rumava a San Ildefonso, instalando-se no Palácio Real de La Granja, onde se mantinha até ao início do outono. Por volta do dia 7 de outubro, dirigia-se a El Escorial e, no início de dezembro, regressava a Madrid (PALACIO ATARD 2006: 146). Em Portugal, as deslocações da família real também compreendiam períodos em Lisboa, mormente no palácio de Belém, e saídas por curtos períodos para Samora Correia, Salvaterra e Santarém, onde se caçava, durante o inverno. Queluz era uma residência frequentada no verão; Mafra era outro local de caça, e, em Lisboa, passavam-se as festas natalícias. A correspondência trocada entre a infanta de Espanha e a rainha de Portugal, quer pelo seu conteúdo quer pelas notícias, reflete estas transferências das cortes, tal como acontecera em outras ocasiões, mormente durante o reinado de Filipe V (1683-1746), quando os sítios reais foram objeto de referência na correspondência de diversas figuras da família do monarca (SANCHO 2014) ou ainda antes pela dos embaixadores e dos estrangeiros (LABRADOR ARROYO 2021).

D. Maria I começava as cartas com a expressão “Minha prima do meu coração” e terminava-as com “Deus guarde a Vossa Alteza muitos e felizes anos, prima que ama muito a Vossa Alteza, Maria”, seguindo-se a indicação do local e da data. Maria Josefa dirigia-se à rainha com a fórmula “Señora y prima mia”, terminando com expressões como “Dios guarde a Vuestra Magestad muy felices años”, aparecendo, em seguida, o local e a data, para terminar com “De Vuestra Magestad afecta prima y servidora Maria Josefa” ou “Nuestro Señor conserve su vida felices años”, local e data, concluindo do modo referido, ou

⁶ Sobre esta matéria, veja-se *Las mujeres y las emociones* 2016; BOUZA 2019: 507-524.

ainda, “repito mis ruegos a Nuestro Señor pidindole conceda a Vuestra Magestad todo o género de prosperidades”, e, finalmente, “De Vuestra Magestad afecta prima y servidora Maria Josefa”, de entre outras pequenas variantes⁷.

3. A correspondência entre as duas primas: notícias e emoções

As cartas da rainha, escritas em português, e da infanta, em castelhano, limitaram-se a questões familiares, ficando de fora todos os problemas políticos da Europa⁸. Eram pequenas, de meia página a página e meia, nas quais se perguntava pela saúde dos familiares e se informava sobre a dos com quem se convivia. Momentos de alegria, como celebrações de matrimónios e nascimentos, davam lugar a parabéns, a perda de familiares implicava o envio de pêsames e as doenças, próprias ou alheias, revelavam preocupações insistentes. Não eram esquecidos os aniversários nem os dias dos santos onomásticos e, em alguns momentos, expressaram-se opiniões sobre o quotidiano das cortes, agradeceram-se presentes e comentou-se o tempo, em especial quando este interferia nos passatempos quotidianos. Tais eram os tópicos das conversas escritas entre as duas primas que nunca se encontraram pessoalmente.

Se as cartas de felicitações pelos aniversários e pelos dias dos onomásticos dos membros das duas famílias reais são bastante lacónicas⁹, outros temas mereceram mais atenção. Por exemplo, na correspondência foram desfilando informações sobre o que D. Maria I enviava e agradecimentos por parte de Maria Josefa. Os doces parecem ter sido uma opção frequente, designadamente os que lhe eram enviados e ao príncipe Carlos, referenciados, pelo menos, desde 1781 (Biblioteca da Ajuda [doravante BA], 54-V-20, n.os 5^a, 5b e 5e). Em abril de 1783, seguiu uma composição musical tocada numa serenata, composta por João de Sousa, a qual, na opinião da rainha, “pareceu bem quando se cantou”. A infanta, mesmo antes de a receber, ficou entusiasmada, escrevendo, “el de la música de Juan de Souza, portugués, que hizo la serenata que se cantó el dia de cumpleaños del rey tio y esposo de Vuestra Magestad, me será muy grato, yo no dudo que me agradará” (BA, 54-V-20, n.º 5c). Dias depois, agradeceu-a, levando D. Maria I, em outra carta, a opinar que o autor “compõe de modo que

⁷ Na única carta dirigida à cunhada, a infanta D. Mariana Vitória, antes de esta chegar a Aranjuez, em resposta a uma de 13 de abril de 1785, em que lhe comunica o casamento, Maria Josefa, em 19 de abril, usou as expressões “Mi querida sobrina y hermana”, despedindo-se como “Tia y hermana de Vuestra Alteza que la quiere de corazón, Maria Josefa” (ANH, Est., leg. 2626).

⁸ Sobre a correspondência relativa aos problemas políticos no início da dinastia borbónica, veja-se *El comienzo de la dinastia*, 2016.

⁹ Vejam-se essas cartas em AHN, Est., legs. 4385, 4455 e BA, 54-V-20, n.ºs 5c, 5f, 5h, 5j, 5m. 5n.

agrada e conforme as regras da música”. Em 5 de julho, a serenata “feita por um principiante”, não apresentou novidade, pelo que a composição não chegou a ser enviada (AHN, Est., leg. 2596). Nesse mesmo ano, em julho, Maria Josefa recebeu fazendas da Índia e Maria Luísa chitas com ouro. Em novembro, a princesa e a infanta foram contempladas com chitas da Índia e “outras fazendas das nossas fábricas” (AHN, Est., leg. 2596), não obstante a produção portuguesa ser pouco apreciada (BRAGA 2010). Em setembro de 1784, Maria Josefa agradeceu à prima, expressando também a gratidão de Maria Luísa e de Carlota Joaquina, considerando estar reconhecida “por sus continuas y esquisitas finezas” (AHN, Est., leg. 2626). No mês seguinte, a rainha mandou entregar pelo marquês do Lourical, “a serenata composta para os anos de el rei meu amado tio, a qual pareceu aqui bem” (AHN, Est., leg. 2626).

Após o casamento da infanta D. Mariana Vitória com D. Gabriel, o envio de pequenos mimos para Espanha terá sido mais comum. Entre 1785 e 1787, os leques de Macau – alguns para a filha oferecer às cunhadas Maria Luísa e Maria Josefa (LÁZARO 2014: 138, 185-186, 256) – bules, sedas de Macau e tecido de casa, foram remetidos com frequência, segundo a correspondência da rainha (LÁZARO 2014: 171, 199, 223, 264, 406, 417, 430). Em janeiro de 1786, seguiram embrulhos, cujo conteúdo se desconhece, enviados para a princesa das Astúrias, para D. Mariana Vitória e para Maria Josefa, a par de cartas e queijos (ANTT, Min. Neg. Est., cx. 636). Ou seja, se bem que não possamos falar de transferências culturais, como as que ocorriam com os casamentos da família real (WATANABE-O’KELLY 2006), uma vez que não se trata de levar consigo pessoas e objetos, atuando sobre o meio de acolhimento, os presentes referidos na correspondência acabavam por funcionar como algo semelhante, embora com uma influência mais limitada.

Numa única circunstância, a infanta fez apelo a D. Maria I no sentido de proteger alguém. Em 12 de novembro de 1787, referiu

com motivo de haver visto y tratado aqui a la condessa de Oyenhausen y de passar a esa corte, no puedo menos de renovar a Vuestra Majestad por su medio la memoria y respetuoso cariño que la profeso y de hacer justicia el mento (*sic*) de la condessa que ha logrado aqui estimación por sus prendas y buenas circunstancias (Lisboa, BA, 54-V-20, n.º 50).

Na ausência de informações meteorológicas, exceto as que se encontram nas gazetas, a correspondência particular, mormente a destas duas senhoras, é rica em comentários sobre o assunto. No princípio de julho de 1781, Maria Josefa escreveu de Madrid, referindo que estava menos calor do que no ano an-

terior e que “todas las tardes me voy a pasear al Pardo, que es un paseo a donde concurren muchos coches y gente de a pie, de suerte que está muy divertido” (BA, 54-V-20, n.º 5a). Por essas datas, D. Maria I expressou intenção de passar todo o verão em Queluz, por ser uma localidade mais fresca do que Lisboa, enquanto a infanta salientou que, em San Ildefonso, o clima era mais temperado “y bueno para el verano”, do que em Madrid (BA, 54-V-20, n.º 5b). No final do mês, Maria Josefa lamentou que o mau tempo sentido em Queluz tivesse estragado o verão da rainha, ao mesmo tempo que elogiou San Ildefonso onde, apesar das trovoadas, havia lugar para aproveitar “los jardines y juegos de agua hacen la admiración de quantos vienen a él” (BA, 54-V-20, n.º 5c). No início de agosto, ambas as primas continuavam a desfrutar dos prazeres do verão, nos locais referidos. Maria Josefa voltará a demonstrar o seu apreço por San Ildefonso:

en los jardines siempre se respira un ayre fresco por las muchas fuentes y abundancia de agua que hay en ellos, pero yo los disfruto poco porque temo la humedad. Todas as tardes salgo a pasear en coche y ayer fui a la ciudad de Segovia, distante de aquí dos leguas, para rezar el jubileo en el convento de San Francisco (BA, 54-V-20, n.º 5d).

Também D. Maria I e o marido fizeram uma visita devocional a Caxias, para celebrar o dia da Virgem do Carmo, tendo D. Pedro III feito uma festa, em meados de agosto. Nesta mesma carta, a infanta comentou um sismo: “me alegre también mucho de que el pequeño terremoto, que se sintió ahí el día 15 no hubiese causado daño, y es cierto que acordandose del grande, no puede dejar de causar susto” (BA, 54-V-20, n.º 5e).

No início de fevereiro de 1783, D. Maria I lamentou que a prima sofresse os incómodos do frio e da neve, enquanto em Samora Correia o tempo estava agradável, tendo permitido a caça de nove lobos. Em meados do mês, a situação invertera-se. Em El Pardo o tempo estava formoso, enquanto em Salvaterra os dias estavam “ásperos e alguns de chuva, mas sempre deram lugar a sair”. No início de março, D. Maria I escrevia da mesma vila, afirmando que a família tinha ido à caça, não obstante o tempo incerto. Dias depois, apesar do frio, Maria Josefa conseguia passear, contrastando com a situação vivida em Lisboa, onde o tempo se apresentava “desabrido e chuvoso”. No início de abril, D. Maria I afirmou que já estava formoso. Em 21, estava como de verão. Um mês depois, comentou: “tem chovido, ouvindo o Todo Poderoso as rogativas que fizeram os dias anteriores, por ser preciso para as lavouras” (ANH, Est., leg. 2596). No final de julho, a infanta lamentou o calor madrileno, enquanto a rainha referiu que, em Queluz, após algum calor, estava fresco. Em 1 de setembro, em Mafra,

o tempo apresentava-se frio e ventoso, não tendo impedido os divertimentos na tapada, onde havia bastantes gamos. Mostrava-se variável, em Queluz, em 2 de novembro, alternando entre dias formosos e chuvosos, enquanto em El Escorial, havia mau tempo. No final do mês, em Belém, após dias bonitos, estavam “ásperos bastantemente”. No início de dezembro, em Lisboa, o tempo foi definido como “desabrido” e a prometer chuva, enquanto no dia 15, a corte desfrutava de “tempo lindíssimo” (ANH, Est., leg. 2596). Na primeira carta de 1784, Maria Josefa queixou-se do frio de El Pardo, na seguinte, referiu ventos fortes e frios, após a chuva. No final de janeiro, salientou a chuva e muita neve no Norte. Enquanto a rainha lamentou, no dia 5 de janeiro, uma catástrofe, “o tempo tem estado aqui de grandes tempestades, as quais causaram algumas desgraças, um navio de negociantes portugueses se perdeu à entrada do porto e juntamente com ele 22 pessoas” (ANH, Est., leg. 2626). Continuou a referir mau tempo e tempestades até fevereiro. Maria Josefa, em 26 de março, ainda em El Pardo, lamentou-se do inverno rigoroso. Em meados de abril, em Aranjuez, insistiu no tempo frio e desagradável, esperando melhorias para “desfrutar de este sitio que por si es muy delicioso” (ANH, Est., leg. 2626). Em setembro, em San Ildefonso, era a seca e a falta de chuva que a preocupavam, enquanto em outubro, já em El Escorial, celebrou o bom tempo. Por seu lado, D. Maria I, em 5 de setembro de 1784, referiu “tem havido vento frio, mas não que embarace a sairmos à tapada [de Mafra] onde há bastante caça” (ANH, Est., leg. 2626). Em Madrid, o mês de dezembro foi frio, ventoso e chuvoso, impedindo a saída para o passeio público. Janeiro de 1785 começou com humidade, em El Pardo. Em 19 de agosto, em San Ildefonso, Maria Josefa afirmou estar “disfrutando yo de los paseos en coche para lo qual favorece el tiempo que se ha puesto muy tranquilo” (ANH, Est., leg. 2626). No início de outubro, em San Ildefonso, o tempo não podia “ser mas hermoso” (ANH, Est., leg. 2626). Eis o boletim meteorológico da Península Ibérica, pelas penas da rainha e da infanta.

Pelas informações anteriores pode também aferir-se parte dos divertimentos que ocupavam a corte, tais como a caça e os passeios, tanto mais que as festas raramente foram referidas. Exceção para as *parejas*, realizadas em Aranjuez, em junho de 1783, levando D. Maria I a comentar a informação recebida: “o espetáculo havia [de] ser muito formoso, principalmente com os chefes que tinha à testa”. A rainha referirá ainda os banhos de mar, uma prática lúdica e medicinal, levada a cabo pela infanta Mariana Vitória e pelo príncipe D. José, em julho de 1783 e em maio de 1784; as idas ao teatro, como em 16 de fevereiro de 1784, “às noites nos divertimos no teatro com as representações próprias do tempo executadas pelos nossos músicos” (ANH, Est., leg. 2626); bem como as visitas a espaços de devoção. Por exemplo, em 17 de março de

1784, anunciou que iria a Nossa Senhora do Cabo, em “romagem de devoção”, tanto mais que o infante D. João era o juiz da irmandade, salientando que, além da festa, haveria touros e cavalladas (AHN, Estado, leg. 2626) e, em 11 de fevereiro do ano seguinte, referiu uma ida a Santarém “onde há vários objetos de devoção e a situação é agradável” (AHN, Est., leg. 2626). Na correspondência, as referências aos sítios por onde circulavam as cortes, aos divertimentos e à meteorologia foram comuns, tendo autores e destinatários distintos¹⁰. Estes e outros temas não foram igualmente escamoteados nos relatos de viajantes estrangeiros (ORTEGA CHINCHILLA 2015).

Na cronologia abrangida pelas cartas, não se verificaram graves problemas de saúde por parte das duas correspondentes. Maria Josefa terá tido o já referido defluxo, em fevereiro de 1783, enquanto em fevereiro de 1785, D. Maria I padeceu de um inchaço na cara e, no ano seguinte, pelas mesmas datas, de um problema de olhos (BA-54-V-20, n.º 5g). Não obstante, a correspondência referiu a varíola do infante D. João, em várias cartas de janeiro e fevereiro de 1783, levando a rainha a confessar que o filho lhe dera “bastante susto, porque a carga das bexigas foi muito forte” (ANH, Est., leg. 2596). De março a junho, D. Pedro III sofreu de dores e chagas numa perna, que o impediram de andar em várias ocasiões. Em 9 de junho, já saíra duas vezes “a umas devoções, sem sentir incômodo” (ANH, Est., leg. 2596). Em agosto, foi caçar perdizes e, em seguida, piorou. Eis referências aos costumeiros problemas do rei consorte (BRAGA 2014: 28-39). Nesse ano, Carlos III também padeceu de algum desconforto, referido em setembro e outubro de 1783. Em janeiro do ano seguinte, foi o príncipe das Astúrias que sofreu “un constipado, se halla ya mejor”. A saúde da infanta Maria Amália será objeto de referência em duas cartas de fevereiro, levando Maria Josefa a afirmar a sua preocupação e a demonstrar o seu amor “a quien amo infinito y es una criatura que lo merece” (ANH, Est., leg. 2596). Em novembro, a infanta terá sofrido outro problema de saúde, levando a tia a considerar, em carta de 2 de dezembro, que “nos dio cuidado, salió de aquel riesgo y ahora solo falta que se recupere” (ANH, Est., leg. 2596). Em 29 de março de 1785, foi a vez de D. Maria I lamentar que D. João tenha padecido de “sarampo benigno, que já se extinguiu, mas lhe deixou uma inflamação no olho direito, que foi preciso sangrá-lo, porém não é coisa de cuidado só me causa a sensaboria de demorar o casamento da minha filha alguns dias” (ANH, Est., leg. 2596).

A elevada mortalidade infantil, mesmo nas casas reais (BRAGA 2012), não deixou de ser referida pelas duas correspondentes. Maria Luísa de Parma terá tido 24 gravidezes, 14 partos e 10 abortos (EGÍDIO 2015: 57;

¹⁰ Veja-se o caso da correspondência de Filipe V, Maria Luísa de Saboia e Luís XIV (*El comienzo de la dinastia*, 2016) e de D. Mariana Vitória (REGA CASTRO 2020).

VÁZQUEZ GESTAL 2008). Nas cartas em análise, foram referidas as mortes de vários infantes. Sobre a do infante Carlos Domingos (1780-1783), D. Maria I considerou “não pude deixar de lhe segurar o meu grande sentimento nesta ocasião, certamente bem custosa, estimando que Vossa Alteza assim o conhece, mas Deus que o dispôs sabe o que é melhor, nele espero há de resarcir esta perda dando outro mais robusto” (ANH, Est., leg. 2596).

Entre os filhos dos príncipes das Astúrias contaram-se os gémeos, Filipe Francisco (1783-1784) e Carlos Francisco (1783-1784). D. Maria I mostrou-se feliz pelo nascimento “dos dois robustos infantes”, numa primeira carta, e, em outra, escreveu à prima que “os infantezinhos recém-nascidos mostram que são fortes e são” (ANH, Est., leg. 2596). Não seria o caso, já que ambos faleceram antes de completar ano e meio. Maria Josefa ficará ao corrente do contentamento da rainha pela recuperação de Maria Luísa, referindo a missa de parida, em carta de 13 de outubro, bem como os comentários aos divertimentos realizados em El Escorial, “festejados com iluminação nesse mosteiro, cuja demonstração é natural e igualmente o concurso de gente que havia [de] ser vistoso” (ANH, Est., leg. 2596).

No ano seguinte, a princesa das Astúrias deu à luz o futuro Fernando VII (1784-1833). D. Maria I congratulou-se pelo nascimento de “um infante muito forte” (AHN, Est., leg. 2626), enquanto Maria Josefa não ocultou a sua dor pela perda de um sobrinho, “se nos han mezclado aqui las felicidades con las desgracias, pues dió a luz la princesa un bello infante y despues ha fallecido Felipe, uno de los dos gemelos, cuya fatalidad me deja con la pesadumbre correspondiente al amor que protesto a todos mis sobrinos” (ANH, Est., leg. 2596). D. Maria I percebeu a dor da prima, ao escrever-lhe: “ao gosto do feliz nascimento do infante D. Fernando, o pesar da perda do infante D. Filipe, o qual não podia deixar de consternar” (AHN, Est., leg. 2626). Em 5 de novembro, Maria Josefa informou que Carlos “continua con mucha debilidad, lo que nos tiene con gran sentimiento”, acabando por falecer dias depois. A infanta escreveu, então, “no hablemos de las desgracias que Dios nos ha enviado porque solo sirve para renovar la continua aflicción en que me han tenido” (ANH, Est., leg. 2596). Em 15 de julho de 1785, informava D. Maria I da situação da princesa das Astúrias, “se halla muy mejorada de la indisposición que Vuestra Magestad sabe” (ANH, Est., leg. 2626), referindo-se, eventualmente, à recuperação após algum aborto.

Em 1785, ocorreram os duplos casamentos entre o infante, depois príncipe e, finalmente, rei D. João VI, com D. Carlota Joaquina; e D. Gabriel com D. Mariana Vitória, em 23 de março e 12 de abril de 1785, respetivamente (MARTÍNEZ CUESTA 2003: 85-200; PEDREIRA, COSTA 2006: 34-37). Os enlaces motivaram a troca de muitas cartas. Logo que soube, Maria Jo-

sefa escreveu a D. Maria I, em 8 de março de 1784, mostrando-se agradada com a notícia, e afirmando, “por lo que a mi toca, el particular de tener mas cerca una prenda de Vuestra Magestad à quien procuraré complazer” (ANH, Est., leg. 2626). E, dias depois, em 19 de abril, para a mesma senhora, enviou parabéns, “mil enhorabuena por la celebración del desposorio de mi hermano Gabriel con nuestra querida Mariana Vitoria, que nos deja a todos llenos de gusto y satisfacción” (ANH, Est., leg. 2626). Em 2 de dezembro, mostrou desejo de conhecer a cunhada. Para a noiva, em abril de 1785, escreveu-lhe, “nadie ha tenido mayor gusto que yo en la unión de Vuestra Alteza con mi hermano Gabriel, y eso me causa una satisfacción la primera carta que recivo de Vuestra Alteza en que me participa haberse celebrado [...], tendrá en mi, una hermana” (ANH, Est., leg. 2626). Maria Josefa será carinhosa para D. Maria I, ao afirmar-lhe compreender que a prima estivesse “con el indispensable disgusto de la separación de su amada hija” e, em 13 de maio, insistiu estar “muy deseosa de que se halle algo más tranquilla despues de pasado el primer sentimiento de la separación de su amada hija y mi hermana” (ANH, Est., leg. 2626). Em 23, com a chegada de D. Mariana Vitória, expressou-se, de novo, com carinho, “hoy ha sido uno de los dias mas gustosos en mi vida, por haber llegado con buena salud y haber abrazado y empezado a tratar a mi querida hermana Mariana Vitória” (ANH, Est., leg. 2626). E, no início de junho, reforçou a sua posição, ao escrever à rainha que “no tendré yo mérito alguno en tratar com entrañable cariño a nuestra querida Mariana, pues ella se lo merece todo, y sera para mi del mayor regocijo el que se halle tan satisfecha de mi trato com lo que yo estoy del suyo” (ANH, Est., leg. 2626).

D. Maria I, avó pela primeira vez, com o nascimento de D. Pedro Carlos (1786-1612) (BRAGA 2022; BRAGA 2023) recebeu parabéns enviados por toda a família real espanhola, incluindo Maria Josefa (BA, 54-V-20, n.º 51). Esta, em 6 de julho de 1786, dia da missa de parida de D. Mariana Vitória, juntamente com os príncipes das Astúrias e o infante António, presentearam a cunhada com um laço grande para o peito (BA, 51-XII-9, fols. 161v-163). Em 4 de novembro, pelas 15,15 horas, em San Lorenzo de El Escorial, Mariana Vitória deu à luz D. Maria Carlota (04-11-1787 – 06-11-1787). Seguiu-se o batismo, pelo patriarca das Índias, D. Antonio de Sentmenat y de Castellá (1784-1806). Carlos III foi o padrinho, enquanto os príncipes das Astúrias e os infantes António e Maria Josefa foram testemunhas especiais (BRAGA 2022; BRAGA 2023).

A par da mortalidade infantil a doença e a morte dos adultos também foram temas presentes nas cartas, tanto mais que os anos de 1785 a 1788 foram de pesar para ambas as famílias. Em 27 de março de 1785, Maria Josefa referiu a saúde “muy quebrantada” do tio, o infante Luís, e, em 2 de setembro, “no se

equivoque Vuestra Magestad en creer que me ha sido muy sensible la muerte de nuestro tio el infante D. Luis pues le profesaba el particular cariño” (ANH, Est., leg. 2596). No ano seguinte, no final da primeira gravidez de D. Mariana Vitória, faleceu D. Pedro III (BRAGA 2013). D. Maria I recebeu diversas cartas de pésames. A de Maria Josefa foi particularmente terna:

no se como hablar a Vuestra Magestad de la grave perdida que ha hecho, y que para todos nosotros ha sido tan sensible. Dios conceda a Vuestra Magestad fuerzas y conformidad para tolerarla, y crea que yo tomo en este desgraciado suceso la parte que corresponde el mas entrañable cariño. Procure Vuestra Magestad como se lo ruego, no entregarse a la pesadumbre con riesgo de que se nos duplique si llegase a prejudicar a su salud (BA, 54-V-20, n.º 5k).

Durante a terceira gestação de D. Mariana Vitória, adoeceu e faleceu o príncipe D. José (1761-1788). Maria Josefa, mais prolixa do que habitualmente, escreveu:

No molestaré a Vuestra Magestad con muchas palabras, y me contentare con asegurarla que la acompaño en su dolor por el fallecimiento de su amado hijo y mi sobrino el principe del Brasil y que pido a Dios conceda a Vuestra Magestad el consuelo que necesita para tolerar tan sensible golpe (AHN, Estado, leg. 4537).

Pouco depois, outros golpes foram sentidos, com o desaparecimento de vários membros da casa real, a infanta apenas referiu a cunhada e o irmão.

Maria Josefa escreveu a D. Maria I, dias depois da morte de D. Mariana Vitória, desculpando-se por não o ter feito antes,

no tuvo valor para escribir a Vuestra Magestad el dia pasado por que no estaba en mi, ni hallaba palabras conforme a mi sentimiento, difiniendole para hoy, pero todavia casi me sucede lo mismo. La desgracia que nos há sobrevenido es irreparable. Dios de a Vuestra Magestad y a todos la tolerancia que necesitamos y conserve su salud sin embargo de tan terribles golpes (BA, 54-V-20, n.º 5p).

Perante a morte de D. Gabriel, dias depois, considerou, em 28 de novembro, que

la tribulación en que me hallo por nuestra ultima perdida me disculparia

si dexase de hablar de ella a Vuestra Magestad para quien será no menos dolorosa que para mi. El único consuelo que podemos tener en considerar que esta ha sido la voluntad de Dios y que a ambos esposos los tendrá en su santa gloria. Asi lo espero de sus piedades (BA, 54-V-20, n.º 5q).

Viviam-se tempos de dor nas duas cortes.

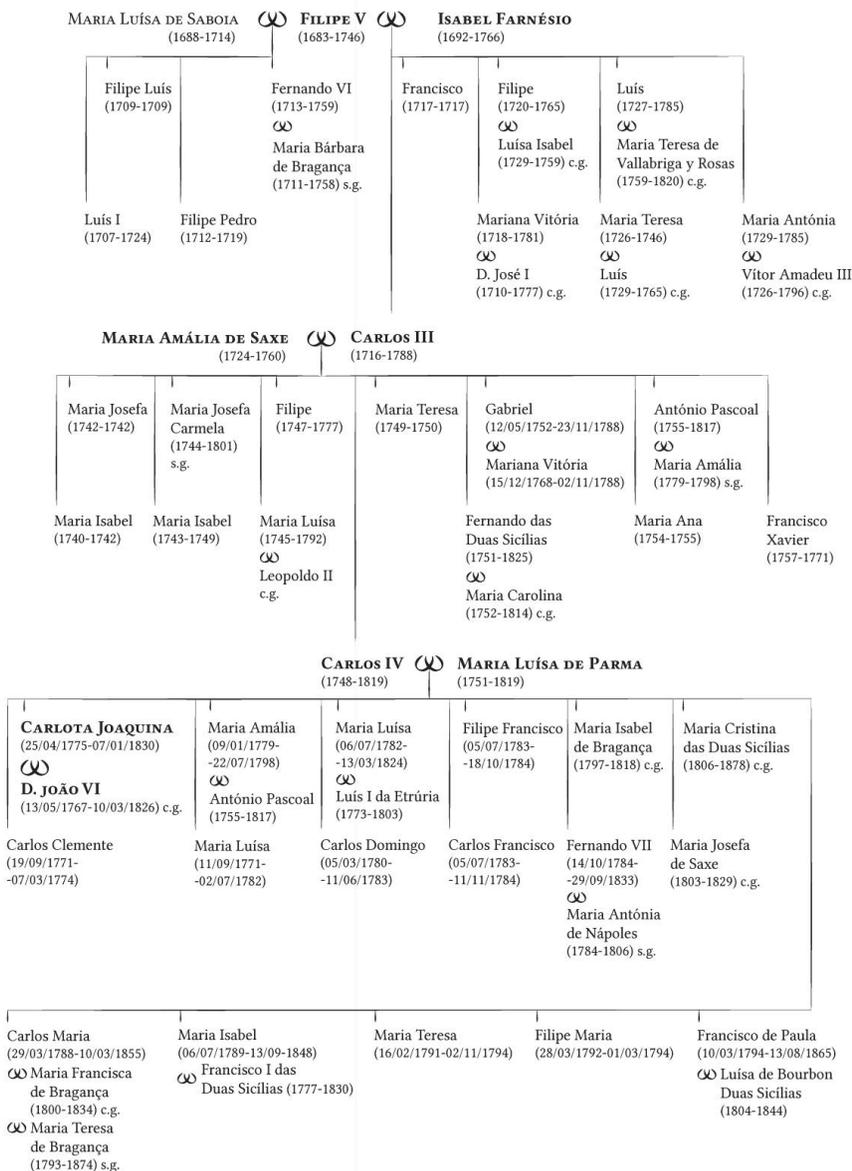
Epílogo

As cartas trocadas entre D. Maria I e Maria Josefa, escritas pelos seus próprios punhos, respeitaram, como seria de esperar, o protocolo da época e cumpriram a sua função social. Transmitiram apreço, deferência e respeito mútuos, enviaram informações, agradecimentos e comentários. Demonstraram sentimentos e emoções, umas vezes de alegria e regozijo outras de dor e de pesar. Foram, mais do que tudo, conversas entre duas primas que nunca se cruzaram. A doença da rainha de Portugal, a partir de 1792, terá ditado o final da correspondência. Se conjugarmos esta situação com a atividade discreta da infanta, raramente referida pelos embaixadores, e com o desaparecimento de muita documentação não podemos estranhar terem chegado até ao presente tão poucas fontes a seu respeito.

Tendo em conta que o valor da correspondência de figuras da casa real, quer quando as cartas abordam temas políticos quer quando se referem a assuntos do âmbito familiar e do quotidiano, é matéria pacífica, parece ser relevante a publicação ou, pelo menos, o estudo dos epistolários que chegaram ao presente. Se bem que sem a riqueza das cartas trocadas entre parentes que se conheciam e que haviam privado uma parte das suas vidas, as da infanta e da rainha pecam por alguma pobreza mas, mesmo assim, não deixam de fornecer imagens das cortes da Península Ibérica, contribuindo, inclusivamente, para um melhor conhecimento das transferências culturais entre os dois reinos.

Anexo

ÁRVORE GENEALÓGICA DE CARLOS III



Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Ministério dos Negócios Estrangeiros, cxs. 632, 636, 647.
- Archivo General de Palacio (Madrid), Reinados, Carlos III, legs. 263, 501, 502; Signatura General de Cajas, AG Personal Caja 2649, exp. 6 Francisco Martínez Sobral.
- Archivo Historico Nacional (Madrid), Estado, leg. 1626, exp. 30; leg. 2596; leg. 2626; leg. 2759, exp. 36; leg. 4385, leg. 4455, leg. 4537.
- Biblioteca da Ajuda (Lisboa), 51-XII-9, fols. 161v-163; 54-V-20, n.os 5a, 5b, 5c, 5d, 5e, 5f, 5g, 5h, 5i, 5j, 5k, 5l, 5o, 5p, 5q.

Fontes impressas

- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (2004). *Arte de viver na sociedade*, estudo e atualização do texto de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga. Sintra: Colares Editora.
- FREIRE, Francisco José (1787). *Secretario portuguez ou methodo de escrever cartas*. Lisboa: Tipografia Rollandiana.
- Gaceta de Madrid*. 32, 11-08-1744; 99, 12-12-1780; 100, 15-12-1780; 101, 19-12-1780; 102, 22-12-1780; 103, 26-12-1780; 104, 29-12-1780; 1, 2-01-1781; 3, 9-1-1781; 6, 19-1-1781; 33, 24-4-1792; 117, 22-12-1801; 1501, 30-5-1877.
- Gazeta de Lisboa*. 34, 25-08-1744; 40, 06-10-1744; 51, 22-12-1801.
- LÁZARO, Alice (2014). *Com o mais fino amor: cartas íntimas da rainha Dona Maria I para a filha (1785-1787)*. Lisboa: Chiado Editora.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1992). *Corte na aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho. Lisboa: Presença.
- Testamento de Carlos III de España (1788)*. Transcrito em Cocheras del Rey. Disponível em <https://www.cocherasdelrey.com/testamento-de-carlos-iii-de-espana/> (consultado em 7 de outubro de 2022).
- VILLAGOMÉZ Y LORENZANA, Gregorio Alfonso (1789). *Elogio a la seráfica e mística doctora Santa Teresa de Jesús, que en su solemne festividad celebrada en la villa y corte de Madrid el dia 15 de octubre del año de 1789*. Madrid: Imprenta da Viuda de Ibarra.

Bibliografia

- ARAÚJO, Ana Cristina (2002). “A correspondência: regras epistolares e práticas da escrita”, in Margarida Sobral Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 119-145.
- BOUZA, Fernando (2001). *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- BOUZA, Fernando (2019). “Escribir a corazón abierto: emoción, intención y expresión del ánimo en la escritura de los siglos XVI y XVII”. *Varia Historia*, 35/68, 507-524.
- BRAGA, Isabel Drumond (2010). “Teares, fios e tecidos em viagem: produções e exportações da Real Fábrica das Sedas para o Brasil (1734-1821)”. *Revista de Artes Decorativas*, 4, 101-124.
- BRAGA, Isabel Drumond, (2022). “Gravidezes e partos da infanta D. Mariana Vitória de Bragança (1768-1788): entre ansiedade e conselhos maternos”, in Isabel e Paulo Drumond Braga (coord.), *Rainhas, princesas e infantas: quotidiano, ritos e cerimónias na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 179-211.
- BRAGA, Isabel Drumond (2023). *D. Pedro Carlos (1786-1812): um infante de Espanha em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Temas e Debates.
- BRAGA, Paulo Drumond (2012). “A mortalidade infantil na casa real portuguesa (séculos XII-XVIII)”, in *História da saúde e das doenças*. Lisboa: Colibri, Torres Vedras: Câmara Municipal, 25-36.
- BRAGA, Paulo Drumond (2013). *D. Pedro III, o rei esquecido*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BRAGA, Paulo Drumond (2014). *A Rainha discreta: Mariana Vitória de Bourbon*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CARIDI, Giuseppe (2015). *Carlos III: un gran rey reformador en Nápoles y España*. Madrid: Esfera de los Libros.
- CARLOS VARONA, María Cruz de (2018). *Nacer en palacio: el ritual del nacimiento en la corte de los Austrias*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2005). “‘El mejor retrato de cada uno’: la materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispana de los siglos XVI y XVII”. *Hispania*, 65-3, 221, 847-860.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2012). “Cinco siglos de cartas: notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XV a XX)”, in Tânia Lobo, Zenaide Carneiro e outros (org.), *Rosae: linguística histórica, história da lín-*

- gua e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 607-622.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2013). “De reglas y sentimientos: comunicación y prácticas epistolares en la España del siglo XVIII”, in *‘Las cartas las invento el afecto’: ensayos sobre epistolografía en el siglo de las Luces*. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 145-153.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2015). “De tipografía al manuscrito: culturas epistolares en la España del siglo XVIII”, in Antonio Castillo Gómez (coord.), *Culturas del escrito en el mundo occidental del Renacimiento a la contemporaneidad*. Madrid: Casa de Velázquez, 81-97.
- CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, Alfonso de, Marqués de la Floresta; ARTEAGA Y DEL ALCÁZAR, Almudena de; FERNÁNDEZ-MIRANDA Y LOZANA, Fernando (1997). *The Royal Order of Noble Ladies of Queen Maria Luisa / La Real Orden de Damas de la Reina María Luisa*. Madrid: Ediciones Montalvo. Disponível em <https://web.archive.org/web/20080217231615/http://www.chivalricorders.org/orders/spanish/marilus2.htm> (consultado em 4 de outubro de 2022).
- CERVERA, César (2022). “El misterioso lunar de una infanta Borbón fallecida en extrañas circunstancias: ¿Cáncer mortal o un parché?”, *ABC Historia*, 04-03-2022. Disponível em https://www.abc.es/historia/abci-misterioso-lunar-infanta-borbon-fallecida-extranas-circunstancias-cancer-mortal-o-parche-201909151707_noticia.html. (consultado em 6 de outubro de 2022).
- Comienzo (El) de la dinastía borbónica en España: estudios desde la correspondencia real*, coordenação de José Manuel Bernardo Ares (2016). Granada: Comares.
- Correspondance (La): les usages de la lettre au XIX^e siècle*, direção de Roger Chartier (1991). Paris: Fayard.
- DAUMAS, Maurice (1999). *A ternura amorosa séculos XVI-XVIII*, tradução de Cristina Robalo Cordeiro, revisão de Júlio Tavares. Lisboa: Editorial Notícias.
- EGÍDIO, Teófanos (2015). *Carlos IV: biografía y gobiernos*. Madrid: Ediciones 19.
- LABRADOR ARROYO, Félix (2021). “«Magnificencia no entra sino en los palacios reales»: los sitios reales en Madrid en la mirada de los diplomáticos y extranjeros”, in Gloria Franco Rubio, Inmaculada Arias de Saavedra Alías, Ofelia Rey Castelao (coord.), *El telar de la vida: tramas y urdiduras de lo cotidiano: maneras de vivir en la España moderna*. Gijón: Ediciones Trea, 223-240.
- LAURENCE, Sue (2018). *The hand that rocked the cradle: the art of birth and*

- infancy*. Bracondale: Unicorn Press.
- MARTÍNEZ CUESTA, Juan (2003). *Don Gabriel de Borbón y Sajonia: mecenaz ilustrado en la España de Carlos III*. Valencia: Real Maestranza de Caballería de Ronda – Editorial Pre-Textos.
- Mujeres (Las) y las emociones en Europa y América (siglos XVII-XIX)*, coordenação de Maria Luísa Candau Chacon (2016). Santander: Editorial Universidad de Cantabria.
- ORTEGA CHINCHILLA, Maria José (2015). “Experiencias de «lo cotidiano» en los relatos de viajeros españoles en Portugal (siglo XVIII)”, in Inmaculada Arias de Saavedra Alías e Miguel Luis López-Guadalupe Muñoz (coord.), *Vida Cotidiana en la monarquía hispánica: tiempos y espacios*. Granada: Universidad de Granada, 259-279.
- PALACIO ATARD, Vicente (2006). *Carlos III, el rey de los ilustrados*. Barcelona: Ariel.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores (2006). *D. João VI, o Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- REGA CASTRO, Iván (2020). “«Eu desejaría ser útil para alguma coisa»: Mariana Victoria de Portugal y los espacios de las transferencias culturales entre las cortes ibéricas a mediados del siglo XVIII”. *Manuscripts*, 41, 147-166.
- ROBLES DO CAMPO, Carlos (2007). “Los infantes de España bajo la ley salica”. *Anales Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, 10, 305-356.
- ROCHA, Andréa Rocha (1985). *A epistolografia em Portugal*, 2.^a edição. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SAMPEDRO, José Luis (s.d.). “Borbón y Sajonia, María Josefa Carmela de”, in *DB~e*. Madrid: Real Academia de la Historia. Disponível em <https://dbe.rah.es/biografias/262016655/maria-josefa-carmela-de-borbon-y-sajonia> (consultado em 4 de outubro de 2022).
- SANCHO, José Luis (2014). “Entre Madrid y Versalles: los sitios reales españoles en la correspondencia de la familia de Felipe V (1744-1746)”, in Luis Sazatornil Ruiz e Frédéric Jiménez (coord.), *El arte español entre Roma y París (siglos XVIII-XIX)*. Madrid: Casa de Velázquez, 347-374.
- SERRANO SÁNCHEZ, Carmen (2015). “La evocación del ausente en la escrita epistolar áurea”, in Antonio Castillo Gómez (coord.), *Culturas del escrito en el mundo occidental del Renacimiento a la contemporaneidade*. Madrid: Casa de Velázquez, 67-80.
- VÁZQUEZ GESTAL, Pablo (2008). “«Dove dal nulla l’uomo s’innalza ai più sublimi onori»». La Corte de Carlos IV y la reina María Luisa (1788-

1808)”, in Luis Miguel Enciso Recio (coord.), *La Nación recobrada: la España de 1808 y Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 37-53.

WATANABE-O’KELLY, Helen (2006). “Cultural transfers and eighteenth-century queen consort”. *German History*, 24-2, 279-292.